O GLOBO
Publicado em 12/05/2022 - 05:57

Bolsonaro demite Bento e busca saída para reduzir preços

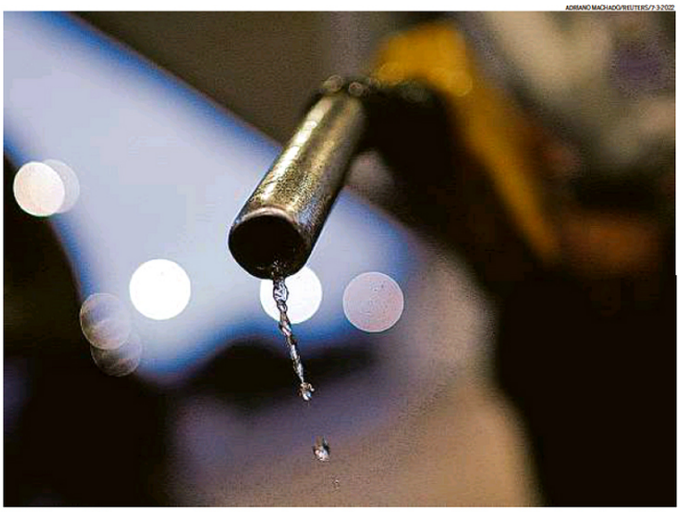
TROCA NO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

COMBUSTÍVEL ELEITORAL

Bolsonaro demite Bento, governo busca reduzir preços e novo ministro fala em privatizar Petrobras

FERNANDA TRISOTTO, ELIANE OLIVEIRA, GERALDA DOCA, JUSSARA SOARES E GABRIEL SHINOHARA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

ADRIANO MACHADO/REUTERS/7-3-2022



Solução de mercado? Governo espera usar relatório do Cade para trocar parâmetro na política de preços da Petrobras e reduzir valor na bomba em até 15%

Insatisfeito com o aumento dos combustíveis, o presidente Jair Bolsonaro demitiu ontem o almirante Bento Albuquerque do Ministério de Minas e Energia (MME). Para o cargo, nomeou Adolfo Sachsida, secretário do ministro Paulo Guedes, liberal e bolsonarista "de carteirinha". Em sua primeira declaração, ele disse ter aval do presidente e que vai priorizar estudos para privatizar a Petrobras e a PPSA, estatal responsável pela gestão de contratos do pré-sal.

Enquanto o novo ministro discute desestatizações no futuro, o governo corre para encontrar opções que reduzam os preços de gasolina e diesel antes da eleição. Um dos caminhos em discussão é usar como base um parecer, ainda não divulgado, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em medida que, segundo integrantes da ala política, teria potencial de cortar o valor cobrado nas bombas em até 15%.

Oficialmente, Bento saiu do governo de forma consensual, e sua exoneração foi descrita no Diário Oficial como "a pedido", mas no último mês Bolsonaro não escondia a irritação com o preço dos combustíveis e a troca atabalhoada no comando da estatal. Depois de demitir Joaquim Silva e Luna após um reajuste de preços em março, o governo teve de encontrar substitutos para os nomes indicados para chefiar a estatal em razão de conflito de interesses.

O atual presidente, José Mauro Coelho, está há menos de um mês no cargo e é considerado braço direito de Bento. Depois de defender preços de mercado em videoconferência, ele anunciou no começo da semana reajuste de 8,87% no diesel, em medida que impacta diretamente os caminhoneiros, parte da base eleitoral do presidente.

O aumento só compensou parcialmente a defasagem de preços em relação ao valor cobrado no mercado internacional, mas foi anunciado dias depois de a empresa divulgar lucro de R$ 44,5 bilhões no primeiro trimestre, um resultado que foi chamado por Bolsonaro de "crime" em transmissão nas redes sociais.

De saída. Bento Albuquerque vinha sendo alvo de críticas do presidente

ADRIANO MACHADO/REUTERS/11-8-2021

Resolver a alta dos combustíveis é prioridade para o núcleo político do governo, que defende soluções para frear os reajustes ou mecanismos que compensem a escalada de preços, como alívio aos caminhoneiros. Neste cenário, Bento acabou se tornando um entrave aos planos do presidente.

OPOSIÇÃO A GASODUTO

As críticas não partiam apenas de Bolsonaro. Bento se posicionou contra a pressão do Centrão para liberar a construção de gasodutos com recursos do pré-sal, em uma conta estimada em até R$ 100 bilhões. O ministro almoçou com um integrante do Tribunal de Contas da União (TCU) há cerca de três semanas, quando o assunto foi discutido. Segundo interlocutores, Bento deixou claro que não daria autorização ao Brasoduto, com o argumento de que a medida só faria sentido diante de uma alta inesperada no preço da energia elétrica, o que não ocorre. E tentou tranquilizar o TCU de que estava de olho na articulação de parlamentares.

Bento era um dos poucos remanescentes da equipe que acompanha Bolsonaro desde o início do governo. Restam em seu gabinete apenas três nomes desde a posse: Paulo Guedes (Economia), general Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e Wagner Rosário (Controladoria-Geral da União).

Técnicos tentam encontrar uma saída para atenuar a alta dos combustíveis sem comprometer a imagem do governo. A equipe econômica tenta a todo custo evitar que alguma medida "antimercado" seja adotada por um governo eleito com a promessa de ser liberal na economia.

O tema é delicado, pois a adoção de parâmetros de mercado é considerada essencial para evitar desabastecimento. O mercado brasileiro é parcialmente atendido por importações. A adoção de preços em condições artificiais levaria importadores a suspenderem compras e, no fim, acabaria prejudicando o consumidor.

A política de paridade de preços da Petrobras leva em conta o valor de importação de combustível. Um relatório do Cade pode abrir caminho para que seja adotada outra referência. O órgão de defesa da concorrência abriu dois inquéritos para investigar suposto abuso da estatal no mercado de combustíveis.

Um tem foco na infraestrutura de gás natural e petróleo e se baseia em auditoria do TCU sobre vendas de refinarias. O outro questiona o preço cobrado pela petroleira na cadeia de combustíveis. A solução em vista, segundo fontes do governo, seria o conselho recomendar que a estatal leve em conta os custos de exportação de combustíveis, e não os de importação, em sua política de preços. Segundo técnicos apar das discussões, isso poderia fazer o combustível cair até 15%.

PETROBRAS E PPSA

Não há ainda consenso, e há quem defenda soluções de interferência mais diretas, mas a equipe econômica resiste. A solução do Cade resolveria o problema eleitoral sem comprometer a imagem econômica. Assim, a expectativa é de pressão no Cade para agilizar o relatório e viabilizar o alívio nos preços a tempo de causar impacto nas urnas.

Embora o preço dos combustíveis tenha sido central nas últimas mudanças no comando da Petrobras e do MME, o tema não fez parte do primeiro pronunciamento de Sachsida, sem direito a perguntas de jornalistas. Ele preferiu falar sobre privatizações, tema presente no debate eleitoral:

— Meu primeiro ato como ministro de Minas e Energia é solicitar ao ministro Paulo Guedes, presidente do conselho do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), que leve ao conselho a inclusão da PPSA no PND (Plano Nacional de Desestatização), para avaliar as alternativas para a sua desestatização. E ainda solicitar também o início dos estudos tendentes à proposição das alterações legislativas necessárias à desestatização da Petrobras.

Sachsida é 'bolsonarista convicto' de perfil liberal

Sachsida terá de equilibrar soluções de mercado e pedidos do presidente

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

REPRODUÇÃO/7-9-2021

Afinidade. Sachsida participou de manifestação pró-Bolsonaro e contra o STF

Técnico liberal com histórico de declarações contra o controle de preços e bolsonarista convicto, o novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, terá a tarefa de encontrar soluções de mercado para o setor de combustíveis e, ao mesmo tempo, atender aos desejos de Jair Bolsonaro. O presidente quer reduzir preços para controlar a inflação e melhorar suas chances de reeleição em outubro.

Em suas redes sociais, Sachsida não esconde a admiração por Bolsonaro, reverencia Olavo de Carvalho e reforça suas visões conservadoras. Ele já participou de manifestações a favor do presidente e contra o Supremo Tribunal Federal (STF).

Em entrevistas recentes, criticou medidas como subsídios e controle de preços, ações que são defendidas pela ala política do governo, mais preocupada em facilitar o caminho de Bolsonaro nas urnas em outubro.

— Algumas vezes as medidas têm boas intenções, mas terminam com resultado negativo. Temos de tomar muito cuidado para as medidas tomadas não agravarem a situação. Por isso a Economia se posiciona contra determinadas medidas, pois, apesar de a intenção ser boa, o resultado pode ser ruim. Temos de trabalhar para que o resultado também seja bom — disse em março, ao citar o vale-gás.

No governo desde a transição, nunca escondeu seu interesse em se tornar ministro. Auxiliar de Paulo Guedes, foi secretário de Política Econômica e, em fevereiro, assumiu a chefia da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos. Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), tem pós-doutorado pela Universidade do Alabama, nos Estados Unidos, e lecionou na Universidade do Texas. É considerado um defensor da responsabilidade fiscal.

Católico fervoroso, exibia imagem de Nossa Senhora na lapela em seu primeiro discurso após ser anunciado ministro, na noite de ontem. Torcedor do Londrina, aos 49 anos é um defensor de privatizações e um crítico ao modelo de partilha no petróleo, instituído no governo do PT e no qual o Estado continua a ser "dono" do petróleo. Ele é a favor do modelo de concessão. Na véspera do anúncio, Sachsida comemorou dados da Pesquisa Mensal de Emprego e afirmou que as projeções de mercado convergiriam para as do governo.

Além da questão dos preços e da promessa de acelerar a privatização das estatais do setor de petróleo, o novo ministro terá pela frente desafios no setor elétrico, como o monitoramento das tarifas de energia, que são alvo do Congresso, e o processo de privatização da Eletrobras.

Troca de ministro pega alto escalão da Petrobras de surpresa

Presidente da estatal era pessoa de confiança do ministro. Conversas por WhatsApp e mudança de agenda marcaram o dia

PILAR OLIVARES/REUTERS/ARQUIVO

Risco no horizonte. Plataforma da Petrobras: executivos da estatal temem guinada do governo para controle de preços

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

A demissão do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pegou de surpresa o alto escalão da Petrobras. Já na manhã de ontem, membros do Conselho de Administração e diretores da estatal começaram a trocar mensagens em grupos de WhatsApp sobre como reagir a possíveis novas interferências e eventuais mudanças na política de preços.

Segundo uma fonte do setor, desde 2016, quando o estatuto da Petrobras começou a passar por mudanças justamente para blindar a companhia, se tornaram "comuns as pressões de Brasília".

Diante desse quadro, fontes do alto escalão da estatal afirmaram que o atual Conselho de Administração "pode e vai" tentar brecar eventuais tentativas de controle no preço da gasolina e do diesel.

Hoje, a política de preços e a definição dos componentes que interferem no valor de combustíveis, como dólar e barril do Brent, são atribuições da diretoria executiva, mas fiscalizadas pelos conselheiros.

De acordo com fontes do setor, a demissão do ministro teria sido um recado ao novo presidente da Petrobras, José Mauro Coelho. Ele assumiu em meados de abril, após Joaquim Silva e Luna perder o cargo porque o reajuste de combustíveis anunciado em março desagradou ao presidente Jair Bolsonaro.

ENTENDER MELHOR OS RISCOS

Nos bastidores, existe ainda o temor de que o governo possa tentar mudar os conselheiros, eleitos recentemente e ligados a Bento Albuquerque.

Alguns executivos, inclusive, adiaram a agenda e os compromissos planejados, a fim de "entender melhor os riscos do novo cenário". Outra fonte do setor lembra que a estatal estava se preparando para reajustar o preço da gasolina no país, já que o último aumento ocorreu em março. Ontem, a defasagem da gasolina estava em 17%, segundo dados da Abicom, associação que reúne os importadores.

No início da semana, a estatal reajustou o diesel em 8,87%. Desde janeiro, o combustível subiu 47%, desagradando a caminhoneiros, que fazem parte da base de apoio de Bolsonaro. Ainda assim, a defasagem do diesel em relação ao valor cobrado no mercado internacional estava ontem em 13%, segundo a Abicom.

Semana passada, após a Petrobras anunciar lucro de R$ 44,5 bilhões no primeiro trimestre, o presidente e os diretores da estatal frisaram, em videoconferência, que vão continuar a seguir preços de mercado e criticaram países que controlam o valor cobrado pelos combustíveis. Além da questão da saúde financeira da companhia, executivos ressaltam que parte do mercado brasileiro é atendido por importações e que deixar de seguir parâmetros de preço criaria risco de desabastecimento.

O novo presidente da Petrobras era considerado "homem de confiança" de Bento Albuquerque. Na avaliação de fontes, a saída do ministro tende a fragilizar a posição do executivo. Na avaliação de uma fonte ligada à empresa, a demissão de Bento tenta criar uma espécie de constrangimento público para o comando da estatal.

Fontes dentro da estatal afirmaram que o novo presidente da Petrobras "vai colaborar com o governo e com o novo ministro".

TEMOR DE PL NO CONGRESSO

Se pela manhã a leitura era a de que o conselho seria capaz de blindar a companhia, ao longo do dia o alto escalão da Petrobras começou a listar quais seriam os caminhos do governo para controlar os preços de combustíveis. Os aumentos de gasolina e diesel são apontados pela ala política como um dos principais fatores que prejudicam o presidente na disputa eleitoral. Como resumiu uma fonte, a demissão do ministro de Minas e Energia seria mais um capítulo no "projeto que existe no governo para controlar preços".

Uma das preocupações é que ganhe força no Congresso um projeto de lei que permita ao governo fazer o controle de preços. Com isso, as mudanças feitas no estatuto social da Petrobras e a política de preços "perderiam a eficácia", admite uma fonte na estatal.

As fontes se referem ao projeto de lei (PL) 1.472/2021, que altera a lei 9.478, de 1997, para dispor sobre diretrizes dos preços dos combustíveis derivados de petróleo e gás de botijão, inclusive o derivado de gás natural, comercializados no mercado interno. O PL foi aprovado no Senado em 10 de março. Esse mesmo PL prevê a criação da Conta de Estabilização de Preços de Combustíveis.

O projeto passaria a prever que os preços de derivados levassem em conta variáveis tão diversas quanto interesse do consumidor, estímulo ao uso da capacidade instalada de refinarias e redução da volatilidade de preços internos. Na Petrobras, a leitura é que se trata de projeto populista, que vai na contramão da política de preços livres. Na equipe econômica, a proposta também foi alvo de repúdio, pelo caráter intervencionista.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 13 e 14

Copyright © Clipclap 2025.